

GRUPO DE TRABALHO ALIE 2026 – 2030

Nome

Privatização da Educação Básica e Superior na América Latina e Caribe

Coordenadores

- Juan Gonzalez Lopez (Chile)
- Theresa Adrião (Brasil)

Integrantes

1. Ana Paula de Oliveira Moraes Soto (Brasil)
2. Andressa Cóstola (Brasil)
3. Andreia Ferreira da Silva (Brasil)
4. Cássia Alessandra Domiciano (Brasil)
5. Diego Ignacio Parra Moreno (Chile)
6. Francisca Corbalán Possel (Chile)
7. Israel Coelho Quirino (Brasil)
8. José Quibao Neto (Brasil)
9. Juan Gonzalez Lopez (Chile)
10. Julia Costa de Faria (Brasil)
11. Juliana Fatima Serraglio Pasini (Brasil)
12. Karine Morgan (Brasil)
13. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel (Brasil)
14. Márcia Cossentin (Brasil)
15. Maria Aparecida Salva de Menezes (Brasil)
16. Maria Lucia Lemos Ceccon (Brasil)
17. Michelle Fernandes Lima (Brasil)
18. Myriam Feldfeber (Argentina)
19. Raquel Fontes Borgui (Brasil)
20. Regiane Helena Bertagna (Brasil)
21. Ricardo Cuenca (Perú)
22. Romualdo de Oliveira (Brasil)
23. Teise de Oliveira Guaranha Garcia (Brasil)

- 24. Thais Rodrigues Marin (Brasil)
- 25. Theresa Adrião (Brasil)
- 26. Vera Lúcia Jaco Chaves (Brasil)
- 27. Vera Maria Vidal Peroni (Brasil)

Resumo da proposta

Os processos de privatização da educação básica e superior se expandem pelos desiguais sistemas educativos de nossa região. Expressando movimento global de restrição aos direitos sociais decorrente da liberalização e financeirização da economia, a privatização da educação – na versão analógica e digital – estimula a incidência de atores privados na definição, condução e operacionalização de políticas educativas, resultando, inclusive, mas não apenas, na ampliação ou criação de mercados.

Em linhas gerais, a privatização deriva da transferência de propriedade estatal, inclusive a intelectual, para agentes privados – com ou sem fins de lucro –, da reestruturação de órgãos públicos pela introdução de estruturas organizacionais cunhadas para o campo empresarial, da diminuição ou fim da gratuidade no acesso a serviços públicos ou do aumento dos custos para usuários em função da remuneração do capital, da disseminação na organização estatal de princípios e valores operacionais coincidentes com interesses privados ou comerciais e, por fim, da reestruturação das organizações públicas e de sua comercialização como condição para implementação dos elementos anteriormente listados. (Whitfield, 2006). A maneira pela qual aqueles elementos são instituídos varia em função de condicionalidades sócio-históricas e da consequente correlação de forças entre os atores políticos mobilizados de cada país ou território.

Entender as singularidades e as similaridades de tais processos, para o entendimento e a contraposição à privatização da educação em nossa região, justifica os estudos em perspectiva comparada propostos por este GT.

A perspectiva comparada também é mobilizada na organização de seminários para problematizar estudos realizados por componentes deste GT, na edição de dossiês e como ferramental analítico para pesquisas desenvolvidas no âmbito deste grupo. Este GT origina-se da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação.